



DIÁRIO ELETRÔNICO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 3ª REGIÃO

Edição nº 230/2018 – São Paulo, quinta-feira, 13 de dezembro de 2018

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

PUBLICAÇÕES ADMINISTRATIVAS

PRESIDÊNCIA

RESOLUÇÃO PRES Nº 239, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2018.

Dispõe sobre o plano anual de auditorias e fiscalizações para o exercício de 2019 no âmbito da Justiça Federal da Terceira Região.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO que compete ao Sistema de Controle Interno da Justiça Federal avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União; comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial no âmbito da Justiça Federal, bem como apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional (arts. 70 e 74 da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que a unidade de controle interno do Tribunal Regional Federal da 3ª Região integra o Sistema de Controle Interno da Justiça Federal;

CONSIDERANDO o disposto no art. 13 da Resolução nº 171, de 1º/3/2013, do Conselho Nacional de Justiça, que determina a observância, na elaboração dos Planos de Auditoria, das Ações Coordenadas de Auditoria;

CONSIDERANDO o Plano de Auditoria de Longo Prazo, para o quadriênio 2018/2021, no âmbito da Justiça Federal da Terceira Região, aprovado pela Resolução nº 159, de 11/12/2017, da Presidência deste Tribunal;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, no âmbito da Justiça Federal da 3ª Região, o Plano Anual de Auditorias e Fiscalizações para o exercício de 2019, da Subsecretaria de Controle Interno (UCON), constante do anexo I desta Resolução.

Parágrafo único. O Plano Anual de Auditorias e Fiscalizações estará disponibilizado na página da transparência deste Tribunal (<http://www.trf3.jus.br/uccon/planos-de-auditorias/>).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Documento assinado eletronicamente por **Therezinha Astolpho Cazerta, Desembargadora Federal Presidente**, em 11/12/2018, às 19:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

ANEXO I DA RESOLUÇÃO PRES Nº 239, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2018

TRF 3ª REGIÃO UCON

PLANO ANUAL DE AUDITORIAS E FISCALIZAÇÕES - 2019

AUDITORIAS

ID	MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	PROCESSO DE TRABALHO	UNIDADE GESTORA AUDITADA	TIPO	PERÍODO ESTIMADO PARA REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS	CRITÉRIO	RISCO	ESCOPO	UNIDADES RESPONSÁVEIS
----	--	----------------------	--------------------------	------	--	----------	-------	--------	-----------------------

ID	MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	PROCESSO DE TRABALHO	UNIDADE GESTORA AUDITADA	TIPO	PERÍODO ESTIMADO PARA REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS	CRITÉRIO	RISCO	ESCOPO	UNIDADES RESPONSÁVEIS
1	Instituição da Governança Judiciária	Processo de concessão e prestação de contas de suprimentos de fundos	TRF3R	Conformidade em ação conjunta UCON, NUCI e SUCI	Janeiro	Resolução CJF n.º 583/2007, art. 7.º	Descumprimento de normativos	Avaliação Global do processo de concessão e prestação de contas de suprimento de fundos na JF3R, no exercício de 2018.	DAUD
2	Instituição da Governança Judiciária	Gestão de Imóveis - Acessibilidade	JF3R	Conformidade	Fevereiro e Março	Lei n.º 10.098/2000 e Lei n.º 1.346/2015	Descumprimento das normas de acessibilidade	Avaliação da observância das normas de acessibilidade nos Fóruns da JF3R.	DCOP
3	Instituição da Governança Judiciária	Gestão Estratégica – Gestão de Projetos	TRF3R	Operacional	Fevereiro a Abril	Resolução PRES/TRF3R n.º 157/2017 Resolução PRES/TRF3R n.º 133/2017	Não atendimento dos objetivos estratégicos e metas da organização pela deficiência no controle e gerenciamento dos projetos.	Avaliação da gestão de projetos no âmbito do TRF3R incluindo avaliação das ferramentas utilizadas, conformidade com as normas de regência, composição do portfólio de projetos e resultados alcançados.	DAUD
4	Melhoria da Gestão de Pessoas	Processo de concessão e manutenção de aposentadoria por invalidez e licenças médicas de servidores.	JF3R	Conformidade	Fevereiro a Maio	Artigo 40, § 1.º, inciso I, da CF/88, c/ red. ECs n.º 20/98 e 41/2003 Artigo 25, I, da Lei n.º 8.112/90 Artigos 202 a 206, da Lei n.º 8.112/90 Artigos 186 e 188, da Lei n.º 8.112/90	Fragilidades e desconformidades nos procedimentos de concessão e manutenção de aposentadoria por invalidez e licenças médicas de servidores do Tribunal e das seções judiciárias vinculadas	Avaliar a eficácia dos controles internos administrativos relativos aos processos de concessão e manutenção de aposentadoria por invalidez e licenças médicas de servidores do Tribunal e das seções judiciárias vinculadas.	DALE
5	Instituição da Governança Judiciária	Prestação de Contas Exercício de 2018 da JF3R - Auditoria de Gestão	JF3R	Gestão	Abril a Junho	Condicionada a determinação proveniente de Decisão Normativa a ser editada pelo C. TCU	Intempestividade na entrega do relatório	Definido por Decisão Normativa editada pelo C. TCU.	DAUD DALE DCOP

ID	MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	PROCESSO DE TRABALHO	UNIDADE GESTORA AUDITADA	TIPO	PERÍODO ESTIMADO PARA REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS	CRITÉRIO	RISCO	ESCOPO	UNIDADES RESPONSÁVEIS
6	Aperfeiçoamento da Gestão de Custos	Gestão Contábil, Financeira, Orçamentária e Patrimonial	JF3R	Operacional em Ação Coordenada pelo CNJ	Maio e Junho	Lei n.º 4.320/1964 Lei Complementar n.º 101/2000 Lei n.º 13.473/2017 (LDO 2018)	Descumprimento de metas de responsabilidade fiscal	Avaliação contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional: a) adequação orçamentária e financeira; b) sistemática dos programas, projetos, atividades e sistemas governamentais; c) avaliação das metas do Plano Plurianual (PPA); e d) execução dos programas, do orçamento e dos resultados das gestões orçamentária, financeira e patrimonial, com identificação de que forma tais instrumentos de ação de governo têm melhorado os serviços do Poder Judiciário prestados à sociedade.	DCOP NUCI SUCI
7	Instituição da Governança Judiciária	Pagamentos de despesas - Ordem cronológica	TRF3R	Operacional	Junho e Julho	Lei n.º 8.666/93 OS PRES/TRF3R n.º 65/2015 Acórdão n.º 551/2016-TCU-Plenário	Quebra da ordem cronológica	Avaliar a suficiência dos controles internos para garantir os pagamentos segundo a ordem cronológica de suas exigibilidades cronológica.	DAUD
8	Instituição da Governança Judiciária	Gestão do acervo da Biblioteca	TRF3R	Operacional	Agosto e Setembro	Lei n.º 8.666/93 Resolução CJF n.º 462/2017 Resolução CJF n.º 384/2004 OS PRES/TRF3R n.º 54/2014 IN-CA 37-02/2000	Dano ao erário por fragilidade dos controles internos de proteção e descarte do material bibliográfico.	Avaliar os controles de aquisição, guarda, proteção e descarte de material bibliográfico.	DAUD

ID	MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	PROCESSO DE TRABALHO	UNIDADE GESTORA AUDITADA	TIPO	PERÍODO ESTIMADO PARA REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS	CRITÉRIO	RISCO	ESCOPO	UNIDADES RESPONSÁVEIS
9	Melhoria da Gestão de Pessoas	Funções Comissionadas e Cargos em Comissão	JF3R	Conformidade	Setembro a Dezembro	Artigo 37, inciso V, da CF/88 Artigos 5.º e 6.º, da Lei n.º 11416/06 Artigos 8.º a 12 da Resolução CJF/STJ n.º 3 Resolução CA/TRF3R n.º 302/2007 Resolução CA/TRF3R n.º 349/2009 Resolução CNJ n.º 156/2012 Resolução CNJ n.º 173/2013 Resolução CNJ n.º 186/2014	Fragilidades e desconformidades nos procedimentos relativos a FC/CJ	Verificar a regularidade das concessões das funções comissionadas e cargos em comissão bem como o lançamento dos valores na folha de pagamento.	DALE

ID	MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	PROCESSO DE TRABALHO	UNIDADE GESTORA AUDITADA	TIPO	PERÍODO ESTIMADO PARA REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS	CRITÉRIO	RISCO	ESCOPO	UNIDADES RESPONSÁVEIS
10	Instituição da Governança Judiciária	Gestão Documental	JF3R	Operacional em Ação Coordenada pelo CNJ	Outubro e Novembro	Resolução CJF n.º 318/2014 Recomendação CNJ n.º 37/2011 Portaria PRES/ TRF3R n.º 6991/2013 OS PRES/TRF3R n.º 53/2013	Fragilidade dos controles internos para assegurar a autenticidade, a integridade, a segurança, a preservação, prazo de conservação, acesso e descarte de documentos.	Avaliação da gestão documental compreendendo avaliação sobre a criação, a manutenção, a utilização e os prazos de conservação dos documentos que são gerados, e o encaminhamento final para conservação permanente ou descarte e, ainda, as rotinas para gerenciamento dos acervos de documentos administrativos e de processos judiciais, como forma de apoio à decisão, à preservação da memória institucional e à comprovação de direitos.	DAUD NUCI SUCI

FISCALIZAÇÕES

ID	MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	PROCESSO DE TRABALHO	UNIDADE GESTORA AUDITADA	TIPO	PERÍODO ESTIMADO PARA REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS	CRITÉRIO	RISCO	ESCOPO	UNIDADES RESPONSÁVEIS
1	Melhoria da Gestão de Pessoas	Declarações de Bens e Rendas do exercício 2018	JF3R	Fiscalização	Junho a Agosto	Artigos 6.º e 8.º da Resolução CJF n.º 282/2014	Fragilidades e desconformidades nos Procedimentos relativos a DBR	Avaliar o cumprimento das obrigações referentes à apresentação da Declaração de Bens e Rendas (DBR), ou autorizações de acesso pelo TCU exclusivamente aos dados de Bens e Rendas das Declarações de Ajuste Anual do IRPF e das respectivas retificações apresentadas à RFB, abrangendo o exercício de 2018.	DALE

MONITORAMENTOS

ID	MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	PROCESSO DE TRABALHO	UNIDADE GESTORA AUDITADA	TIPO	PERÍODO ESTIMADO PARA REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS	CRITÉRIO	RISCO	ESCOPO	UNIDADES RESPONSÁVEIS
1	Melhoria de Governança Judiciária	Boas Práticas na Utilização do SEI	JF3R	Monitoramento em ação conjunta NUCI e SUCI	Janeiro			Monitoramento das providências adotadas pelas áreas gestoras para atendimento às recomendações do Relatório Final de Auditoria DAUD 3786458.	DAUD NUCI SUCI
2	Melhoria da Infraestrutura e Governança de TIC	Contratações de Tecnologia da Informação e Comunicação	TRF3R	Monitoramento	Maio			Monitoramento das providências adotadas pelas áreas gestoras para atendimento às recomendações do Relatório Final de Auditoria DAUD 3292922.	DAUD

ID	MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	PROCESSO DE TRABALHO	UNIDADE GESTORA AUDITADA	TIPO	PERÍODO ESTIMADO PARA REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS	CRITÉRIO	RISCO	ESCOPO	UNIDADES RESPONSÁVEIS
3	Instituição da Governança Judiciária	Relatório de Auditoria realizada pelo CJF no TRF3R no exercício de 2018	TRF3R	Monitoramento	Setembro e Outubro	Despacho UCON 4264849	-	Monitoramento das providências adotadas pelos titulares das unidades auditadas em relação às ocorrências verificadas pelo CJF na Auditoria realizada no TRF3R no exercício de 2018 (Ofício CJF-OFI-2018-2190 doc. 3761408 - 0021339-22.2018.4.03.8000).	DALE DAUD DCOP
4	Instituição da Governança Judiciária	Comunicação Institucional - Transparência	TRF3R	Monitoramento	Novembro e Dezembro			Monitoramento das providências adotadas pelos titulares das unidades envolvidas em relação às determinações, recomendações e prazos constantes nos itens 9.1 e 9.2 do Acórdão TCU n.º 1832/2018 – Plenário doc. 4022264.	DAUD
5	Instituição da Governança Judiciária	Planejamento e Contratação de Obras	SJSP	Monitoramento	Novembro e Dezembro			Avaliar a implementação das recomendações das Auditorias realizadas nos processos 0017966-51.2016.4.03.8000 e 0007848-79.2017.4.03.8000.	DCOP

ACOMPANHAMENTO

ID	MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	PROCESSO DE TRABALHO	UNIDADE GESTORA AUDITADA	TIPO	PERÍODO ESTIMADO PARA REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS	CRITÉRIO	RISCO	ESCOPO	UNIDADES RESPONSÁVEIS
1	Melhoria da Gestão de Pessoas	Conferência de Diligência Mensal sobre a Folha de Pagamento de servidores e magistrados da 3ª Região (TCU)	JF3R	Acompanhamento	Janeiro a Dezembro	Artigos. 42 e 87 da Lei n.º 8.443/92 Artigo 9.º da IN n.º 78/2018 Ofício n.º 1973/2018-TCU/Sefip	Ocorrência de registros indevidos e em desacordo com a legislação de pessoal	Conferir previamente os arquivos gerados com a folha de pagamento da JF3R, para lançamento no e-Pessoal, conforme determinação do TCU.	DALE

ID	MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	PROCESSO DE TRABALHO	UNIDADE GESTORA AUDITADA	TIPO	PERÍODO ESTIMADO PARA REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS	CRITÉRIO	RISCO	ESCOPO	UNIDADES RESPONSÁVEIS
2	Melhoria da Gestão de Pessoas	Avaliação dos Controles Internos e conformidade dos processos administrativos do Tribunal, que tratam de admissão e de concessão de aposentadoria e pensão de magistrados e servidores, sujeitos a registro pelo TCU	TRF3	Acompanhamento	Janeiro a Dezembro	Artigo 71, III c/c art. 74, IV, da CF/88 Artigos. 11 e 12 da IN/TCU n.º 78/2018	Fragilidades e desconformidades nos procedimentos de admissão, concessão de aposentadoria e pensões de magistrados e servidores do Tribunal	Certificar a regularidade e emitir parecer sobre a legalidade nos procedimentos administrativos de admissão, concessão de aposentadoria e pensões de magistrados e servidores do Tribunal.	DALE
3	Melhoria da Gestão de Pessoas	Diligências do TCU relacionadas à folha de pagamento de magistrados e servidores do Tribunal	JF3R	Acompanhamento	Janeiro a Dezembro	Artigos 42 e 87 da Lei n.º 8.443/92 Artigo 9.º da IN/TCU n.º 78/2018 Ofício n.º 1973/2018-TCU/Sefip	Intempestividade no atendimento e inconsistências das informações prestadas ao TCU	Acompanhar e conferir os documentos e as informações prestadas pelas áreas de gestão de pessoas do Tribunal em face de diligências do TCU.	DALE
4	Melhoria da Gestão de Pessoas	Diligências do TCU relacionadas a admissão, aposentadoria e pensões de magistrados e servidores do Tribunal e das seções judiciárias vinculadas	JF3R	Acompanhamento	Janeiro a Dezembro	Artigo 71, III c/c art. 74, IV, da CF/88 Artigos 19 a 22 da IN/TCU n.º 78/2018	Intempestividade no atendimento e inconsistência nas informações prestadas ao TCU	Acompanhar, controlar e conferir as diligências, bem como os documentos e informações prestadas pelas áreas de gestão de pessoas em face de diligências do TCU.	DALE
5	Aperfeiçoamento da Gestão de Custos	Conformidade Contábil	TRF3R TRF3R-ORÇ. TRF3R-Prec. TRF3R-EMAG SJSP SJMS	Acompanhamento	Janeiro a Dezembro	Lei n.º 4.320/1964 Lei Complementar n.º 101/2000 Macrofunção SIAFI n.º 02.03.15	Restrição contábil	Avaliação contábil, financeira, orçamentária, patrimonial, operacional, além da sistemática dos programas, projetos, atividades sistemas governamentais e do cumprimento das metas do Plano Plurianual.	DCOP
6	Instituição da Governança Judiciária	Pagamento de Passivos de Pessoal	TRF3R	Acompanhamento	Janeiro a Dezembro	Inciso I do art. 9.º da Resolução CJF n.º 224/2012 Macrofunção SIAFI n.º 02.11.40	Pagamentos incorretos de passivos de pessoal	Ratificação da apuração dos valores devidos informados pela Divisão de Folha de Pagamento.	DCOP
7	Instituição da Governança Judiciária	Gestão do cadastro de Usuários SIAFI/SIASG	TRF3R TRF3R-ORÇ. TRF3R-Prec. TRF3R-EMAG SJSP SJMS	Acompanhamento	Janeiro a Dezembro	Norma de Execução STN n.º 01/2001 Manual de Orientação para Cadastramento e Habilitação de Usuário no SIASG	Operadores SIAFI/SIASG bloqueados nos sistemas	Atender solicitações de concessão de senhas.	DCOP

ID	MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	PROCESSO DE TRABALHO	UNIDADE GESTORA AUDITADA	TIPO	PERÍODO ESTIMADO PARA REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS	CRITÉRIO	RISCO	ESCOPO	UNIDADES RESPONSÁVEIS
8	Instituição da Governança Judiciária	Conformidade de Operadores SIAFI/SIASG (mensal)	TRF3R TRF3R-ORÇ. TRF3R-Prec. TRF3R-EMAG	Acompanhamento	Janeiro a dezembro	Norma de Execução STN n.º 01/2001 Manual de Orientação para Cadastramento e Habilitação de Usuário no SIASG	Bloqueio dos operadores do SIAFI/SIASG	Conformidade do cadastro de usuários no SIAFI/SIASG.	DCOP
9	Instituição da Governança Judiciária	Gestão de Imóveis - Cadastro SPIUnet e SIAFI (semestral)	JF3R	Acompanhamento	Julho e Dezembro	Macrofunção SIAFI n.º 02.03.44 Processo SEI 0038457-45.2017.4.03.8000	Falta de registro cadastral dos Imóveis no SPIUnet versus SIAFI	Conciliação dos registros de imóveis entre o SPIUnet e SIAFI.	DCOP
10	Instituição da Governança Judiciária	Apresentação do Relatório de Gestão Fiscal – RGF (quadrimestral)	JF3R	Acompanhamento	Janeiro Maio Setembro	Lei Complementar n.º 101/2000	Falta da publicação no DOU conforme define a LRF Falta de encaminhamento ao TCU Desatendimento de prazos de apresentação e de publicidade do RGF	Conferência dos dados apresentados pela área financeira solicitação e acompanhamento da publicação no DOU, publicar RGF na página da transparência do Tribunal, registrar o RGF SICONFI – Sistema de Contabilidade Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional e informar o TCU da publicação.	DCOP
11	Instituição da Governança Judiciária	Gestão de Materiais e Patrimônio - Conciliação do RMA/RMB (mensal)	TRF3R	Acompanhamento	Janeiro a Dezembro	Macrofunção SIAFI n.º 02.11.01 e 02.11.34	Restrição contábil ocasionada por diferenças de saldos das contas contábeis entre o SIAFI e SIMAP	Acompanhamento e conferência dos relatórios mensais de almoxarifado (RMA) e patrimônio (RMB) elaborados pela Divisão de Controle de Materiais, Cadastro de Bens e Almoxarifado – DICA, assim como das notas explicativas para as eventuais diferenças entre os saldos das contas registrados no SIAFI e SIMAP.	DCOP

ID	MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	PROCESSO DE TRABALHO	UNIDADE GESTORA AUDITADA	TIPO	PERÍODO ESTIMADO PARA REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS	CRITÉRIO	RISCO	ESCOPO	UNIDADES RESPONSÁVEIS
12	Instituição da Governança Judiciária	Encerramento do Exercício Contábil	TRF3R TRF3R-ORÇ. TRF3R-Prec. TRF3R-EMAG SJSP SJMS	Acompanhamento	Janeiro e Dezembro	Macrofunção SIAFI n.º 02.03.18	Inconsistência de registros no Sistema SIAFI com consequente restrição contábil e responsabilização dos gestores	Acompanhamento, suporte, consultoria dos procedimentos de encerramento do exercício.	DCOP

LEGENDA

CA	– Conselho de Administração do TRF3R
CF	– Constituição Federal
CJF	– Conselho da Justiça Federal
CNJ	– Conselho Nacional de Justiça
DALE	– Divisão de Análise de Legalidade
DAUD	– Divisão de Auditoria
DCOP	– Divisão de Análise Contábil e de Processo de Contas
DOU	– Diário Oficial da União
DN	– Decisão Normativa
EC	– Emenda Constitucional
IN	– Instrução Normativa
JF3R	– Justiça Federal da 3ª Região
LDO	– Lei de Diretrizes Orçamentárias
NUCI	– Núcleo de Controle Interno da JFSP
OS	– Ordem de Serviço
PRES	– Presidência
RES	– Resolução
SIASG	– Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIAFI	– Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIMAP	– Sistema de Controle de Material e Patrimônio do TRF3R
SJMS	– Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul
SJSP	– Seção Judiciária de São Paulo
SPIUnet	– Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de uso especial da União
SUCI	– Seção de Controle Interno da JFMS
TCU	– Tribunal de Contas da União
TRF3R	– Tribunal Regional Federal da 3ª Região
UCON	– Subsecretaria de Controle Interno

SECRETARIA DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E JUSTIÇA

PORTARIA CJF3R Nº 300, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

Suspende o expediente externo e os prazos processuais na 43ª Subseção da Seção Judiciária do Estado de São Paulo - Limeira.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 3.ª REGIÃO, *ad referendum*, no uso de suas atribuições regimentais,

considerando o atraso da empresa responsável e encarregada da transferência do *link* de dados para da nova sede da 43ª Subseção da Seção Judiciária do Estado de São Paulo - Limeira, a impossibilitar o acesso aos sistemas processuais e administrativos, com prejuízo, notadamente, do atendimento ao público externo, conforme noticiado no processo 0036497-17.2018.4.03.8001 (documentos SEI 4239197, 4314870 e 4336289),